



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL**

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **I Parte**

**Audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dr. Edmundo Martinho na sequência de Requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP, para prestar "todos os esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital do Montepio Geral"**

#### **II Parte**

- 1. Apreciação e votação de atas;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 3. Designação de relator para parecer sobre a Conta Geral do Estado 2016 (a remeter à COFMA até 2 de fevereiro);  
Deputado GP do PS**
- 4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 899/XIII (2.ª) - Alarga a proteção social à infância, no âmbito do combate à pobreza infantil (BE);**
- 5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 354/XIII (1.ª) - Propõe o alargamento da rede de creches e equipamentos de apoio à infância (PCP);**
- 6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 709/XIII (3.ª) (PEV) - Alteração ao Código do Trabalho, no sentido de consagrar a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório;  
Deputada autora do parecer: Joana Barata Lopes (PSD);**
- 7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 8. Outros assuntos.**

---

#### **I Parte**

**Audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dr. Edmundo Martinho na sequência de Requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP, para prestar "todos os esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital do Montepio Geral"**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), deu as boas vindas ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dr. Edmundo Martinho, a quem agradeceu a presença, que se fez acompanhar pela Dra. Maria João Matos, diretora de comunicação da Santa Casa, e pelo Dr. Alexandre Guerra, assessor de imprensa da Santa Casa, apresentou a metodologia adotada para aquela audição e deu a palavra ao Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) para apresentação do requerimento da autoria do seu Grupo Parlamentar, aprovado por unanimidade em reunião da Comissão.

Usou de seguida da palavra o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na sua primeira intervenção.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados **Joana Barata Lopes** (PSD), **Rui Riso** (PS), **Paulino Ascensão** (BE), **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP) e **Rita Rato** (PCP), tendo o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa respondido individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os mesmos Senhores Deputados pela mesma ordem [**Joana Barata Lopes** (PSD), **Rui Riso** (PS), **Paulino Ascensão** (BE), **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP) e **Rita Rato** (PCP)], tendo o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa respondido de forma global às questões formuladas.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

#### II Parte

Reaberta a reunião pelo Senhor Presidente, procedeu-se de acordo com a ordem do dia, nos seguintes termos:

##### 1. Apreciação e votação de atas;



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

Submetida à votação a ata n.º 124/XIII/3.ª SL, relativa à reunião de 20 de dezembro, foi a mesma aprovada por unanimidade.

#### 2. Distribuição de iniciativas legislativas;

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que o seu grupo parlamentar, na qualidade de proponente das iniciativas, concordava com a designação de apenas um deputado autor do parecer e consequentemente com a elaboração conjunta de parecer e nota técnica para as três primeiras iniciativas a distribuir. Deste modo, foi efetuada a seguinte distribuição:

**Projeto de Lei n.º 712/XIII/3.ª (PCP) - [Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, procedendo à 5.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas](#)**

Deputado autor do parecer: GP do PSD

**Projeto de Lei n.º 713/XIII/3.ª (PCP) - [Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho](#)**

Deputado autor do parecer: GP do PSD

**Projeto de Lei n.º 714/XIII/3.ª (PCP) - [Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho](#)**

Deputado autor do parecer: GP do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Carla Barros para a elaboração do respetivo parecer conjunto.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

Projeto de Lei n.º 715/XIII/3.ª (PCP) - [Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 12.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro](#)

Deputado autor do parecer: GP do PS

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Wanda Guimarães para a elaboração do respetivo parecer.

Projeto de Lei n.º 716/XIII/3.ª (PCP) - [Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho \(1.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho\)](#)

Deputado autor do parecer: GP do BE

O Grupo Parlamentar do BE indicou a Senhora Deputada Isabel Pires para a elaboração do respetivo parecer.

**3. Designação de relator para parecer sobre a Conta Geral do Estado 2016 (a remeter à COFMA até 2 de fevereiro)**

Deputado GP do PS

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Rui Riso para a elaboração do respetivo parecer.

**4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 899/XIII (2.ª) - Alarga a proteção social à infância, no âmbito do combate à pobreza infantil (BE);**

**5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 354/XIII (1.ª) - Propõe o alargamento da rede de creches e equipamentos de apoio à infância (PCP);**

Foi efetuada a discussão conjunta de ambas as iniciativas, nos termos constantes da informação elaborada, e que aqui se dá por reproduzida. Os senhores Deputados José Moura Soeiro (BE) e Diana Ferreira (PCP) procederam à apresentação dos respetivos projetos de resolução, registando-se ainda intervenções das Senhoras Deputadas Sandra Pontedeira (PS) e Clara Marques Mendes (PSD), e do Senhor Deputado Filipe



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

Anacoreta Correia (CDS-PP) e, a final, novamente do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) e da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP).

**6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 709/XIII (3.ª) (PEV) - Alteração ao Código do Trabalho, no sentido de consagrar a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório;**

**Deputada autora do parecer: Joana Barata Lopes (PSD);**

Apresentado o parecer pela Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que descreveu em síntese o seu teor, aludindo ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, ao respetivo enquadramento legal, à apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e ao cumprimento da lei formulário e ainda às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a mesma matéria, enumerando no final as respetivas conclusões, foi o mesmo aprovado (partes I – Considerandos e III – Conclusões e parecer) por unanimidade.

### **7. Outros assuntos.**

**Semana Parlamentar Europeia – PE, 19 e 20 de fevereiro: indicação de 2 Deputados, um do GP do PSD, outro, do GP do PS;**

Neste ponto da Ordem do Dia, foram os Senhores Deputados informados da realização da Semana Parlamentar Europeia, a 19 e 20 de fevereiro, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, sendo a delegação portuguesa composta por sete Deputados: três do Grupo Parlamentar do PSD e três do Grupo Parlamentar do PS, a indicar pela 4.ª, 5.ª e 10.ª Comissões, e ainda um deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em regime de rotatividade.

Para o efeito, os Grupos Parlamentares do PSD e do PS indicaram, respetivamente, as Senhoras Deputadas Joana Barata Lopes (PSD) e Sofia Araújo (PS) para integrarem a delegação.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta da impossibilidade de realizar a Sessão de Debate Público para Apresentação dos resultados do Relatório do Grupo de



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

Trabalho constituído pelo Governo para a criação do estatuto do cuidador informal na data inicialmente aprazada – 23 de janeiro de 2018 – tendo em conta ao marcação de Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PS para os dias 22 e 23 deste mês, referindo ainda o agendamento de outras Jornadas Parlamentares para as duas terças-feiras seguintes (30 de janeiro e 6 de fevereiro), o que poderia levar a que esta iniciativa só se realizasse depois da terça-feira de Carnaval, este ano a 13 de fevereiro. Solicitou assim que os grupos parlamentares se pronunciassem sobre a respetiva calendarização.

Ainda neste ponto, o Senhor Presidente transmitiu aos Senhores Deputados a comunicação recebida do Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP), dando conta da indisponibilidade do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para ser ouvido antes do dia 17 de janeiro, precisamente a data em que se encontrava agendada a sua próxima audição regimental nesta Comissão. Como tal, a comunicação recebida sugeria a realização das duas audições no mesmo dia e de forma sequencial, formato que o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão, em especial dos requerentes da audição, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) manifestado a sua disponibilidade para a concretização das duas audições no mesmo dia, nos termos propostos.

Por fim, o Senhor Presidente divulgou o despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República (PAR) a propósito do requerimento apresentado pela Comissão, solicitando a baixa à CTSS da Proposta de Lei n.º 106/XIII/3.ª - [Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor](#), e não à CACDLG, como sucedera na generalidade, tendo o Senhor Presidente da Assembleia decidido que esta iniciativa deveria continuar a tramitar na 1.ª Comissão, que entretanto já recebera a proposta de lei para nova apreciação na generalidade, mantendo-se as demais iniciativas na Comissão de Trabalho, em particular o Projeto de Lei n.º 430/XIII/2.ª (PSD) - [Aprova medidas de transparência com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres](#), o Projeto de Lei n.º 693/XIII/3.ª (PAN) - [Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor](#)



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

e o Projeto de Resolução n.º 1177/XIII/3.ª (PAN) - [Recomenda ao Governo a adopção de medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor.](#)

A este respeito, tomou da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que apesar de respeitar a decisão tomada, não deixou de a lamentar, já que a finalidade do requerimento apresentado pela Comissão visava evitar a duplicação da discussão da mesma matéria em duas Comissões distintas. Reiterou que entendia que a apreciação destas questões deveria caber de forma primordial à Comissão de Trabalho, sendo que alguns dos contributos escritos recebidos até esta data iam nesse sentido. Desta forma, solicitou ao Senhor Presidente que diligenciasse junto do Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais de forma a promover a constituição de um Grupo de Trabalho conjunto, que permitisse a apreciação e discussão integrada das iniciativas pelas duas Comissões, ou pela Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação (SIND) por delegação da 1.ª Comissão.

Por seu turno, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) declarou que o seu grupo parlamentar não se opunha a que a apreciação e discussão do projeto de lei da iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD transitasse para a Comissão de Assuntos Constitucionais, se tal merecesse o acolhimento dos proponentes, informando que provavelmente a nova apreciação na generalidade da proposta de lei supracitada se realizaria na SIND.

Retomou então a palavra a Senhora Deputada Cara Marques Mendes (PSD), que referiu que o seu grupo parlamentar não deixaria de acompanhar a tramitação destas iniciativas, perguntando se no final as votações seriam realizadas na 1.ª Comissão, já que não entendia como é que alterações ao Código do Trabalho poderiam ser discutidas e aprovadas por outra Comissão que não a CTSS.

Já o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) declarou compreender a posição da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), não deixando porém de recordar as limitações regimentais existentes. Como tal, sugeriu que fosse adotada a solução preconizada pela Senhora Deputada Rita Rato (PCP), podendo os membros



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

do Grupo de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género (PIG) acompanhar os trabalhos a realizar na Subcomissão para a Igualdade.

Por sua vez, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) reiterou que pensava que ficara claro que, na eventualidade de não haver alterações quanto à decisão, a vontade do seu grupo parlamentar era que esta matéria fosse tratada em conjunto pelas duas Comissões, em conexão.

Interveio por fim o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) que considerou que, atendendo a este histórico, se deveria aguardar pelas diligências do Senhor Presidente, que por sua vez repetiu a sua disponibilidade para diligenciar no sentido enunciado.

À parte isto, usou da palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), concordando com o reagendamento da sessão pública em função do agendamento de Jornadas Parlamentares e reiterando o pedido que já formulara com vista à disponibilização com pelo menos oito dias de antecedência do estudo a apresentar nesta sessão, de maneira a habilitar os grupos parlamentares a prepararem a sua intervenção em conformidade.

Por outro lado, solicitou também a revisitação do plano de atividades, requerendo o agendamento com a maior brevidade possível da visita a Fátima proposta pelo seu grupo parlamentar, de maneira a que a mesma seja realizada ainda no primeiro trimestre deste ano, repetindo que gostaria de obter essa confirmação o quanto antes. Agradeceu ainda a informação recebida sobre o estado dos grupos de trabalho da Comissão ainda em atividade, exortando os demais grupos parlamentares a analisarem as suas iniciativas, e alertando para o conjunto de diplomas avulsos que baixaram à comissão, e que aguardam a calendarização da sua discussão e votação.

Neste âmbito, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) indicou-se como membro do Grupo de Trabalho – Regime Jurídico do Trabalho Noturno e por Turnos, manifestando ainda que pensara que essa referência já havia sido feita.





## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente recordou então que a sessão pública teria que ser necessariamente adiada por quase um mês, pelos motivos já elencados, garantindo que o plano de atividades seria incluído como um dos primeiros pontos da próxima reunião.

A este propósito, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) perguntou se a sessão teria inevitavelmente que ser adiada para terça-feira, 20 de fevereiro, sugerindo que esta se realizasse em alternativa numa sexta-feira, a 26 de janeiro ou a 2 de fevereiro, até de forma a respeitar o prazo definido aquando do adiamento do agendamento da discussão da petição em plenário. Solicitou ainda que os primeiros peticionantes da petição que esteve na origem desta iniciativa fossem informados dos agendamentos e reagendamentos, de forma a melhor prepararem a sua vinda a Lisboa. Perguntou também pela realização de audições requeridas pelo seu grupo parlamentar a propósito das repostas sociais financiadas pelo Estado, que não foram convocadas para as duas primeiras quartas-feiras do mês em curso em função da existência de outros agendamentos da Comissão e do grupo de trabalho.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que concordou com a realização da referida sessão pública numa sexta-feira, assim como anunciou que o Grupo de Trabalho – Deficiência reuniria em dia da próxima semana (quinta-feira, 18 de janeiro), retomando assim a sua atividade.

Já a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho – Regime Jurídico Trabalho Noturno e por Turnos, adiantou a data de 16 de janeiro, terça-feira, para a sua primeira reunião, solicitando que até lá fosse concluída a sua constituição. Aproveitou ainda para indicar a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) como membro do Grupo de Trabalho - Alteração do regime jurídico dos bailarinos profissionais.

De seguida, e respondendo à preocupação formulada pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) a propósito de algumas iniciativas que aguardavam apreciação pela Comissão, que considerou justíssima, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) transmitiu que o objetivo do seu grupo parlamentar era que os novos grupos de



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

trabalho fossem constituídos à medida que os outros terminavam. Assim sendo, manifestou interesse na constituição a breve prazo do grupo de trabalho que reúne as iniciativas de combate à precariedade no Código do Trabalho. Se assim fosse, podiam ser constituídos desde já quer este grupo, quer o Grupo de Trabalho - Alteração do regime jurídico dos bailarinos profissionais.

A final, o Senhor Presidente garantiu que seriam tomadas as diligências necessárias para dar resposta às deliberações adotadas, alertando novamente para as dificuldades de agendamento em função da proliferação de atividades da Comissão e dos respetivos grupos de trabalho, e da marcação de Jornadas Parlamentares.

Perguntou ainda o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) pela calendarização da sessão pública entretanto adiada, respondendo o Senhor Presidente que nem todos os grupos parlamentares se haviam manifestado. A este respeito, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) afirmou que naquele momento não se encontrava em condições de se pronunciar, e que ouviria os demais colegas de bancada com a maior brevidade possível.

A reunião foi integralmente gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa qualquer desenvolvimento adicional nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de janeiro 2018.

**O PRESIDENTE**

**(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
António Carlos Monteiro  
Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Anacoreta Correia  
Isabel Pires  
Joana Barata Lopes  
Joaquim Raposo  
José Moura Soeiro  
José Rui Cruz  
Maria das Mercês Borges  
Pedro Roque  
Ricardo Bexiga  
Rita Rato  
Rui Riso  
Sofia Araújo  
Susana Lamas  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Wanda Guimarães  
Álvaro Batista  
Diana Ferreira  
Francisco Rocha  
Helga Correia  
Idália Salvador Serrão  
José António Silva  
Maria da Luz Rosinha  
Mariana Mortágua  
Paulino Ascensão  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares  
Sandra Pereira  
Sónia Fertuzinhos